

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 124ª REUNIÃO (16.05.88) MANHÃ

As 10:00 do dia 16 de maio de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, ELOAR GUAZELLI, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, JOSE ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e ROGERIO LAURIA TUCCI. **Ausências justificadas:** Conselheiros RUY DA COSTA ANTUNES, SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e RENE ARIEL DOTTI. **Convidados presentes:** Doutores ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA e EDSON RAIMUNDO MACHADO, respectivamente, Diretor-Geral do DEPEN/MJ e Diretor da Divisão de Inspeção e Controle do DEPEN/MJ. **I - Apreciação das Atas nºs 121ª, 122ª e 123ª** - aprovadas unanimemente. **III - Comunicações:** a) pelo Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, foi informado que a nova diretoria, que integra a Associação Internacional de Direito Penal, eleita no Rio de Janeiro em 28.04.88, ficou assim constituída: Presidente: Ministro EVANDRO LINS E SILVA; Secretário-Geral: JOÃO MARCELO ARAÚJO JÚNIOR; Vices-Presidentes: Professores RENE ARIEL DOTTI - Região Sul, NIL LO BATISTA - Região Sudeste; JOÃO LUSTOSA CANTARELLI - Região Nordeste e EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA - Região Norte; pelo relator foi proposto votos de congratulações ao Ilustre Presidente da mencionada Associação. **Decisão-CNPCP:** pela aprovação unânime. b) pelo Senhor Diretor-Geral do DEPEN foi entregue aos Conselheiros a publicação daquele Departamento intitulada: "Orientações" para elaboração de projetos para construção de estabelecimentos penais. Além disso informou ao CNPCP que de terminou a efetivação de inspeção nos estabelecimentos penais de São Paulo e assinou conjuntamente com o Ministério da Justiça e Governo do DF, convênio para a construção do Núcleo de Custódia do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. **IV - Inspeção no Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo** - Relator: Doutor EDSON RAIMUNDO MACHADO - Diretor da DIC/DEPEN. No período de 27 de abril a 3 de maio corrente, o relator informou ao CNPCP que atendendo a determinação do DEPEN, inspecionou o Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo, compreendendo os seguintes estabelecimentos penais: Casa de Detenção Professor FLAMÍNO FAVERO, Penitenciária do Estado, Penitenciária Feminina, Cadeia Pública do Hipódromo, Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté e Presídio Regional de Tremembé. De seu relato foi possível obter de cada unidade os seguintes dados: a) Casa de Detenção Professor FLAMÍNO FAVERO: situada no Complexo Carandirú, abriga uma população carcerária de 7.120 internos para uma capacidade real de 3.200 vagas. O número de funcionários atinge um total de 905 servidores entre Agentes de Segurança e guarda feminina; sua estrutura de funcionamento plasmada em diversos pavilhões compreende a Direção Geral Administrativa desdobrada em serviços jurídico, saúde educação, profissionalização, recreação e valorização humana. Através de convênios mantidos com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, a instituição desenvolve atividades laborativas tais como fabricação de dobradiças de portas, embalagens, mobiliário, mecânica e artesanato; o produto do trabalho do preso é pago pela FUNAP que mantém contratos com empresas interessadas. Segundo o relator não há o que registrar de negativo na Administração Geral da instituição, ressalvando-se as reclamações dos sentenciados quanto à morosidade da Vara de Execuções Criminais no que se refere à concessão dos benefícios requeridos; b) Penitenciária do Estado: também situada no Complexo do Carandirú, em regime fechado, o estabelecimento encontra-se em fase de reformas. Sua estrutura de funcionamento um tanto similar a do item "a" é acrescida por uma área isolada composta de 42 celas individuais para internos adictos, encontram-se recolhidos 22 pacientes que dispõem de satisfatória assistência da Direção do estabelecimento. Há um Centro Cirúrgico destinado a pequenas cirurgias e o trabalho é concentrado em um laboratório farmacêutico onde se verifica a produção de todo o medicamento destinado às diversas Unidades do Sistema. Além disso foi verificado ainda o costureiro, em grande escala, de bolas de futebol. A padaria produz 5.000 pães diários, destinados à clientela da própria Penitenciária bem como à Penitenciária Feminina e ao Centro de Observações Criminológicas. Foi dito pelo Relator que a Direção está empenhada em concluir a reforma, tendo verificado que o tratamento dispensado aos internos é desejável e que, como foi dito anteriormente, o que os internos postulam é a agilização da Vara de Execuções Criminais. Outras observações do relator no que pertine a funcionamento de equipamentos e instalações, constam do relatório escrito que será encaminhado ao Secretário de Justiça do Estado de São Paulo. c) Penitenciária Feminina - Órgão componente do Complexo do Carandirú, o relator informou que o estabelecimento dispõe de estrutura organizacional similar às demais, porém de porte bem menor. Os regimes são o fechado e o semi-aberto, estando separados apenas por um muro; as dependências do Semi-Aberto foram adaptadas em uma residência que havia no local, onde encontram-se 25 internas. Em sala especial as internas participam de palestras e esclarecimentos quanto às normas da Casa. O pavilhão de trabalho é independente dos demais e ali existem oficinas de corte, costura e tricô, onde se confecciona variados vestuários que são repassados à FUNAP dentro de cláusulas convinentes entre a administração da Penitenciária e a mencionada Fundação a qual possibilita a transição do trabalho entre as empresas e a produção. Toda a produção é remunerada. Na instituição existe ainda o serviço de montagem de pregadores de roupa. Foi informado que o pavilhão de saúde atende as internas em geral e, em especial, aquelas com bebês, e, ainda, as demais gestantes dos distritos policiais que são encaminhadas à Unidade para os trabalhos de parto, permanecendo ali até que as crianças atinjam 4 meses de vida. Segundo o Relator, a Direção se desdobra para manter em um espaço restrito, internas em regimes distintos; há carência de guarda feminina e de funcionários burocráticos. Face a exiguidade de tempo, o Presidente suspendeu a sessão. Merecendo aprovação a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

ATA DA 125ª REUNIÃO (16.05.88) TARDE

As 15:00 do dia 16 de maio de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, ELOAR GUAZELLI, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSE ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e ROGERIO LAURIA TUCCI. **Ausências justificadas:** Conselheiros RUY DA COSTA ANTUNES, SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e RENE ARIEL DOTTI. **Convidados presentes:** Doutores ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA e EDSON RAIMUNDO MACHADO, respectivamente, Diretor-Geral do DEPEN/MJ e Diretor da Divisão de Inspeção e Controle do DEPEN/MJ. **I - Inspeção no Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo** - Relator: Doutor EDSON RAIMUNDO MACHADO - Diretor da DIC/DEPEN. a) Cadeia Pública do Hipódromo - Pelo Relator foi dito que o estabelecimento prisional em epígrafe é a porta de entrada de todos os Distritos Policiais do Estado, tendo em vista receber continuamente presos em flagrante e presos preventivos. A faixa etária varia entre 18 a 21 anos e 70% da população são primários. Sua capacidade é de 600 internos e abriga 714. A área administrativa da Cadeia dispõe dos serviços Médico, de Comunicações, Prontuários, Cadastro, Pessoal, Financeira, Almoxarifado, Laboratório Fotográfico, Inclusão e Vigilância. Observou o Relator que as moradias particulares encostadas na Cadeia e o estacionamento público situado em sua entrada, poderão comprometer a administração. Quanto ao funcionamento em geral, julgou-o bom e ressaltou a dedicação da Direção e dos membros que a integram. b) Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté - Informou o Relator que o estabelecimento em apreço é bem instalado e apresenta condições ideais de recuperação do sentenciado tendo em vista o que oferece nos campos de Saúde, Educação, Assistências Judiciária e Social, bem como no que diz respeito à profissionalização que mantém oficinas para mecânica, serralheria, marcenaria e costura. A produção alcançada pelos sentenciados é igualmente transacionada pela FUNAP nas condições descritas em outros itens. A Direção Geral é acumulada pelo Doutor JOSE ISMAEL PEDROSA, que competentemente dirige também a Casa de Detenção de São Paulo. Entre os pavilhões existentes, foi dito que há um Anexo, onde são recolhidos os sentenciados de alta periculosidade. Citando os elogios da APAC em sua Revista II - nº 7/88, e de Mestres de Direito que levam alunos para conhecer o estabelecimento, o relator disse que ali tudo é perfeito e serve de exemplo a outras entidades; c) Presídio Regional de Tremembé - o estabelecimento segundo o Expositor, encontra-se em construção e sua inauguração está prevista para o mês de junho corrente e assim, serão abertas mais 1.056 vagas no Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo. A segurança do presídio será realizada através de sensores eletrônicos instalados no contorno do gradão. **II - Conclusão** - ao concluir sua exposição o Relator disse que o Sistema Penitenciário de São Paulo apresenta boas condições de funcionamento e pequenos reparos e substituições de equipamentos merecem atenção; declinou várias sugestões quanto às necessidades de cada estabelecimento e em especial ressaltou que tendo em vista que a área do Complexo do Carandirú é bastante extensa, seria ideal que o Sistema agrupasse em um estabelecimento isolado, todos os equipamentos e profissionais da saúde, propiciando assim, um Centro Único de Saúde para o Carandirú, o que sem dúvida esse Centro seria um grande hospital. Além das sugestões indicadas para cada unidade inspecionada, finalizou sua exposição informando que em todos os estabelecimentos visitados recebeu observações dos presos quanto a lentidão da Vara de Execuções Criminais na apreciação de benefícios requeridos. **Decisão-CNPCP:** pela aprovação unânime do Relatório e encaminhamento do mesmo ao Secretário de Justiça do Estado de São Paulo. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

ATA DA 126ª REUNIÃO (17.05.88) MANHÃ

As 10:00 do dia 17 de maio de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELOAR GUAZELLI, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, JOSE ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e ROGERIO LAURIA TUCCI. **Ausências justificadas:** Conselheiros RUY DA COSTA ANTUNES, SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e RENE ARIEL DOTTI. **Convidado presente:** Doutor ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA. **I - Processos e expedientes relatados:** 1) Conselheiro ROGERIO LAURIA TUCCI - a) Telex S/Nº - oriundo da Justiça Federal/PE - Assunto: cumprimento da pena na justiça comum e na justiça federal - VOTO: pela manutenção de seu parecer anterior, face ao exposto no relatório. **Decisão-CNPCP:** Adida, face ao pedido de vista da matéria pelo Conselheiro ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO. 2) Conselheiro JOSE ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS - a) Ofício nº 560/88 - Assunto: relatório do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro - ano 87 - VOTO: "Sugere-se que se oficie ao DD. Presidente do Conselho Penitenciário do Estado indicando o tipo de informações que seriam úteis para uma avaliação correta do funcionamento do órgão e do Sistema Penitenciário do Estado". **Decisão-CNPCP:** apreciado o relatório, deliberou-se unanimemente pela elaboração de um esboço de relatório padrão e recomendar sua adoção pelos Conselhos Penitenciários Estaduais. O Diretor-Geral do DEPEN ficou incumbido de formular a proposta. b) Exp. S/Nº de 24.03.88 e nº 270/87 - Assunto: relatórios dos Conselhos Penitenciário e da Comunidade do Estado da Bahia. VOTO: idêntico ao do item "a". **Decisão-CNPCP:** pela aprovação unânime do relatório e encaminhamento de cópias do atestado do documento às seguintes autoridades do Estado da Bahia: Governador, Presidente do Tribunal de Justiça, Secretário de Justiça, Procurador Geral da Justiça, Juíza de Execuções Criminais e Conselho Penitenciário; c) Conselhos da Comunidade - o Relator, Conselheiro JOSE ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, propôs a elaboração de documento a respeito do funcionamento dos Conselhos da Comunidade e incumbiu-se de redigir o mencionado expediente; d) PNUD - ainda pelo Relator foi informado sobre os contatos mantidos com o Ministro PAULO BROSSARD e o Ministério das Relações Exteriores.